

5

A Educação Nova nas páginas da Revista Escola Portuguesa

5.1

Alma Pátria, Pátria Alma!

Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
Ainda guardo, renitente
Um velho cravo para mim
Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente
Nalgum canto de jardim!

Chico Buarque de
Holanda – Tanto Mar

A Revista Escola Portuguesa foi um órgão oficial de publicação semanal. Este “Boletim do Ensino Primário Oficial”, foi instituído por decreto em março de 1934. Circulou, entretanto, a partir de outubro do mesmo ano e se extinguiu somente quatro décadas mais tarde com o declínio do regime salazarista. No editorial do primeiro numero, Braga Paixão, então Diretor Geral do Ensino Primário, justifica o seu aparecimento pela necessidade de existir um conveniente serviço de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino primário que exercesse também a função de inculcar uma nova doutrina pedagógica nacional. Nas palavras de Braga Paixão, o Estado Novo era a expressão jurídica da vida portuguesa e a Escola deveria ser um instrumento de consolidação das *virtudes herdadas* e do desenvolvimento de aptidões posto a serviço *do engrandecimento e da perpetuação da pátria*.

O formato da Revista não sofreu grandes alterações durante o período estudado. Por ser um Boletim Oficial publicava, além de instruções do serviço de orientação pedagógica para o professorado e matérias alusivas ao tema, Circulares, notícias sobre ações cívicas, inquéritos, Decretos do Ministério da Instrução Pública (a partir de 1936, Ministério da Educação Nacional) e outros Decretos pertinentes, relatórios de cerimônias comemorativas e de manifestações patrióticas, notícias de congressos escolares realizados ou a se realizar e o Diário do Governo. Abaixo do título havia um retângulo centralizado pela figura de uma

criança segurando o Escudo português, encimado pela celebre frase de Salazar que acabou se tornando um *slogan* que a acompanhou por longos anos: Uma Mentalidade Nova Fará Ressurgir Portugal.

Na seção *Factos e Comentários*⁴⁵¹, sua missão é assim definida: A Escola Portuguesa representava “a voz dos serviços de orientação, a expressão da vontade superior que deve informar a escola renovada”. A Revista nunca proclamou abertamente nenhum sentido de obrigatoriedade quanto a sua assinatura, antes, pelo contrário, sustentava que este era um exercício de livre vontade. Na prática, porém, a decisão de tornar-se assinante não era tão democrática como se queria fazer crer. Nessa mesma seção, o articulista diz que quem a puder acompanhar, “na verdade da sua ideologia e no seu ritmo, virá conosco. Os outros... ficarão pelo caminho e terão perdido irremediavelmente o tempo”⁴⁵².

Logo de início, portanto, ficou manifesto o papel chave que professor e escola desempenhariam nos planos do Estado Novo. Como figura de relevo, não poderia poupar esforços, até mesmo pessoais, *a bem da nação*. Essa apologia ao sacrifício em nome de um ideal comum permeou a vida dos portugueses em todas as suas instancias. O temperamento de Oliveira Salazar e as suas convicções no progresso de Portugal pelas vias da austeridade, somado a sua religiosidade católica, foram determinantes para a consolidação de preceitos e comportamentos que marcariam o povo lusitano por gerações. O nacionalismo que começava a se intensificar nesse momento no país, pressupunha a adesão voluntária ou involuntária de toda a população, mas pressupunha fundamentalmente a cooptação do seu corpo docente.

À Escola cabia a nobre missão de modelar consciências. Para isso se fazia necessário estudar, divulgar e tornar familiares técnicas adequadas aos *obreiros da nova educação*. Em outras palavras, a vitória dos ideais da *Escola Nacional* exigia que “constantemente se rememore, uma doutrina pedagógica nacional, na qual hão de conscientemente integrar-se as vontades dos educadores”⁴⁵³. Fosse como fosse, aos professores não restava alternativa senão desenvolver *vontades*

⁴⁵¹ Esta Seção era relativamente eclética. Embora dedicada a educação, poderia publicar matérias que aparentemente nada tinham a ver com o tema. Revista Escola Portuguesa, fevereiro de 1935, nº 17.

⁴⁵² Revista Escola Portuguesa, fevereiro de 1935, nº 17.

⁴⁵³ Revista Escola Portuguesa, Ano I, Número I, outubro de 1934.

compatíveis com os interesses políticos e ideológicos do primeiro ministro português.

Compreender o momento histórico em que o Boletim foi criado e a sua função ideológica não é tarefa simples, mas é fundamental. É preciso, antes, perceber o mito por trás do homem que foi responsável pelos rumos não só da política educacional adotada, como também, de todos os setores da vida de uma Nação, durante metade do século XX. O fenómeno Salazar. De origem humilde, filho de trabalhadores rurais da zona da Beira, Oliveira Salazar não estava destinado a seguir carreira académica como seguiu. Sob o ponto de vista daquilo que seriam os percursos sociais e segundo os padrões da época, ele seguiria a profissão dos pais. No entanto, já na escola primária se destacou como aluno, o que lhe rendeu apadrinhamento para prosseguir seus estudos e construir uma história diversa da que lhe era reservada.

Foi uma escola confessional que lhe forjou o carácter. Lá ele encontraria sua vocação e a doutrina que informaria seu pensamento. No Seminário recebeu formação como se fora um futuro padre. Contudo logo desistiu da carreira eclesiástica, mas se manteve como uma espécie de monitor para os alunos mais novo. Por volta dos 17 anos, começa a escrever para a imprensa regional sobre vários assuntos, entre eles, sobre questões de educação. Salazar não desconhecia os princípios da Escola Ativa que, de certa maneira, formaram sua orientação pedagógica, quer como aluno, quer como professor universitário que se tornou, depois de diplomar-se em Direito na Universidade de Coimbra. Doutorou-se bastante cedo na área de finanças.

O percurso de Salazar como aluno e como professor, é o percurso construído nos moldes da democracia cristã. Braga da Cruz⁴⁵⁴ defende que para percebê-lo, não se pode vê-lo sob a luz do nacional-socialismo alemão, de Hitler nem à luz do fascismo italiano de Mussolini, mas sim à luz dos princípios ideológicos da democracia cristã, que é claramente um pensamento dentro da hierarquia da igreja. Nesse sentido, ele não é só um estudante de Coimbra e mais tarde, professor daquela Universidade. Ele é um militante católico que vai atuar em grupos organizados. Escreve para órgãos dessa imprensa e, tem, portanto, um

⁴⁵⁴ MOGARRO, Maria João. A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa - Universidade da Extremadura, 2001.

discurso estruturado nesse enquadramento de matriz religiosa. Em Coimbra, como professor, vai criar uma rede de relações pessoais com elementos da hierarquia católica, entre seus colegas - alunos que irão preencher lugares importantes nessa cúpula - e também com a própria hierarquia que já estava institucionalizada⁴⁵⁵.

No início dos anos 20 ele é considerado um especialista na área das finanças, na mesma época na qual o país vivia mergulhado em grande instabilidade social, política e financeira. Havia muitas crises em consequência da primeira guerra, greves e alto índice de criminalidade. A população passa a desacreditar e a questionar o regime vigente. A República, nesse momento, estava ameaçada e com grandes problemas. Nesse sentido era esperado que surgisse um regime forte, capaz de instaurar a ordem. Estava aberto, portanto, o caminho para um golpe, que por varias vezes foi tentado sem sucesso. Até que houve um golpe, aparentemente igual aos outros, que conseguiu se estabelecer e conquistar a confiança do povo, em 28 de maio de 1926. Imediatamente instala-se uma Ditadura. Os militares formam o governo e convidam para ministro das finanças, aquele individuo considerado em Portugal o “grande estilista da área das finanças” nomeadamente pelos banqueiros, que o tinham em grande consideração, António de Oliveira Salazar. No entanto, ele não toma posse, pois uma série de condições que impôs para exercer o cargo de Ministro das Finanças não são aceitas pelos militares. Uma delas é que os orçamentos dos outros ministérios só poderiam ser aprovados com a sua autorização. Por fim, dois anos mais tarde ele volta a ser chamado e tem suas condições aceitas.

Faz a seguir uma intrincada articulação política. Bem sucedida, sem dúvidas, porque lhe permitiu anular toda a oposição que por ventura pudesse ameaçar o poder centralizador que ele começava a construir em torno de si. Embora houvesse um Presidente e Primeiro Ministro, a partir de 1930 Salazar faz vários discursos nos quais fica evidente quem vai marcar a agenda política da Nação. E é nesse ano, nesses discursos, que deixa de usar a expressão Ditadura Militar e passa a utilizar a expressão Ditadura Nacional⁴⁵⁶. Esse termo inspirava a idéia de que havia uma convergência de toda nação (apesar desse ser um conceito abstrato) e não só dos militares. Foi uma maneira engenhosa de alargar a sua base

⁴⁵⁵ Idem

⁴⁵⁶ MOGARRO, Maria João. A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa - Universidade da Extremadura, 2001.

de apoio. Em 1932 torna-se presidente do Conselho de Ministro, o que equivale ao cargo de Primeiro Ministro⁴⁵⁷. Em 1933, promove uma nova Constituição e é nessa Constituição que se consagra a expressão “Estado Novo”. A partir daí o Regime adquire a configuração que manteve até 1974.

A criação da Revista Escola Portuguesa, portanto, mostrava-se necessária dentro desse contexto e por duas principais razões: em primeiro lugar, essa publicação iria se constituir, no ambiente escolar, em um veículo de propaganda do regime que estava se afirmando. Uma das maneiras para atingir esse objetivo era promover um verdadeiro culto à personalidade de Salazar. Em segundo, era preciso ditar os rumos que o Estado desejava traçar para a educação portuguesa. Não há lugar mais eficiente para garantir o controle da população do que os bancos escolares. Era lá que as mentes (e os corpos) iriam ser modelados. E era lá que também se cultivava a reverência exacerbada ao Primeiro Ministro, mais um artifício usado como propaganda da sua boa aceitação além das fronteiras. Era rotineiro a revista publicar artigos com esse enfoque. “Dr. Oliveira Salazar, que se afirmou um dos maiores e mais completos estadistas do mundo actual, desfez perante a opinião publica do mundo inteiro, a lenda terrorista de povo desvairado (...)”⁴⁵⁸. Não se pode esquecer que Salazar era a personificação do Regime. Por isso, deveria ficar claro que o mundo o apoiava. E de certa maneira, apoiava. Era uma época em que os regimes autoritários proliferavam e no geral não eram mal vistos. Entre as demonstrações de apreço, há uma carta de Monteiro Lobato, publicada no Diário de Notícias, em 9 de maio de 1936 e no Boletim em 14 de maio do mesmo ano, que diz:

Por várias vezes na minha vida, recebi de confrades seus pedido idêntico – algumas palavras sobre Portugal – e nunca acedi; primeiro, por falta de conhecimento pessoal, directo; segundo, pelo horror que sinto à frase feita, que é mentira feita, para agradar apenas; terceiro, porque, dada a má idéia que faço do filho Brasil, não podia fazer boa idéia do pai, Portugal. Tal filho, tal pai. Aconteceu-me, porém, um facto extraordinário. Caiu-me sob os olhos um simples folheto das edições S.P.N., de Lisboa, intitulado “O pensamento de Salazar – Política de verdade, política de sacrifício, política nacional”. Comecei a lê-lo com displicência – com a displicência natural, em que, com meio século de vida nesse sórdido teatro humano, lê os despistamentos dos hístriões chamados estadistas, sobretudo os de cá deste lado do Atlântico. Mas, com a maior das surpresas, logo na introdução vi *algo nuevo*, vi pensamento sério, vi idéias próprias e vi também uma cousa que jamais julguei possível num estadista latino: sinceridade. (...) A

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ Revista Escola Portuguesa, dezembro de 1934, n. 9.

Visão dele é clara. Quando diz: “por um defeito pronunciado da nossa cultura temos pouco o sentido da objectividade, e as nossas teses são mais amiúde demonstradas com razões deduzidas pelo raciocínio que com fatos tirados da realidade da vida”, ele põe o dedo na chave da causa primária de todos os males portugueses e brasileiros – e simultaneamente aponta o remédio. Quando fala da verdade na administração pública enumerando uma série de mentiras que fizeram da administração pública portuguesa e brasileira o desastre que foi a primeira e continua sendo a segunda. (...) . Se eu fosse citar e comentar tudo quanto me impressionou no pequeno discurso de Salazar, escreveria um livro – e estou escrevendo uma carta ligeira, de agradecimento a uma gentileza do colega. (...) Travei conhecimento com o Salazar teórico, mas desejava conhecer o Salazar aplicado e conhecer sobretudo, quais as reacções determinadas no país pela aplicação de tam alta filosofia Política. Será que seu país compreende Salazar? (...) Vocês, portugueses, abarrotaram-se demais de antigualhas, de reis antigos, de muito herói que não resiste a uma séria investigação histórica, “naturalística”, não romântica como as feitas por aqui. Chegaram ao ponto de andar de costas, todos olhos para o passado, só com os calcanhares para o futuro. Como foram estilizados os heróis da cobiça ou da conquista – filosoficamente a classe mais inferior dos heróis! (...) Ah! Se o Brasil raciocinasse que inveja deveria nesse momento sentir do pequenino Portugal – ex pequenino, porque começa a descobrir o meio de ser grande e deixa que tal homem o conduza à grandeza pela estrada amarga do sacrifício da geração actual. (...) Adeus, meu caro confrade. Seja feliz na volta à sua terra e conte aos seus patrícios que a irradiação de Salazar já chega aqui, operando conversões em criaturas já de meio século de existência – transformando velhas displicências em comovido entusiasmo pelo futuro da terra de Herculano e de Camilo⁴⁵⁹.

Fixados os objetivos da educação nacional, era preciso definir o ideal que a informaria, isto é, determinar o método a seguir. “Baseia-se a educação na psicologia da criança”, que deveria estar adaptada ao caso concreto da criança portuguesa, para que portuguesa fosse a escola em todas as suas ações. A posse da língua mãe devia, pois, constituir um dos objetivos mais importantes da “Escola Nova afirmativa da Pátria”, assim como o ensino da história. No caso do mestre não se sentir inteiramente compelido a este propósito “A Ditadura não pretende constranger consciências, e por isso, quando qualquer professor não puder exercer sua acção no amor da Pátria, só tem um caminho a seguir: solicitar a sua demissão”⁴⁶⁰. É preciso deixar claro, que tais “instruções” não se limitavam somente às escolas do Estado. No decreto lei de 18 de julho de 1933, lia-se que o ensino privado deveria estar em sintonia com a “exactidão das doutrinas”, o mesmo rezando o Decreto Lei de 5 de janeiro de 1934 que proibia o ensino de “doutrinas contrárias” nas escolas portuguesas. Campos Matos afirma que “Apesar da resistência de sectores ligados ao ensino privado, à Igreja e às ordens

⁴⁵⁹ Revista Escola Portuguesa, maio de 1936, n. 83.

⁴⁶⁰ Revista Escola Portuguesa, dezembro de 1934, n. 9.

religiosas, o Estado Novo impôs a sua orientação programática e doutrinária a todo o ensino.”⁴⁶¹

Mesmo de cunho evidentemente político partidário, a revista se mostrava em relativa harmonia com a nova doutrina. Alguns intelectuais que nela colaboram, já haviam militado na cruzada pela escola nova que inundou a Europa e o mundo nos anos 20. António Nóvoa diz que a Liga Internacional Pró-Educação Nova, fundada no ano de 1921, causou um grande impacto em terras portuguesas. Segundo o autor, a partir desse evento estava definitivamente fixada uma nova concepção de pedagogia. Embora não se tenha realizado perfeitamente “dominará o universo educacional ao longo do século XX. Depois dessa época, tornou-se impossível pensar a educação sem uma referência, implícita ou explícita, à matriz da escola nova”⁴⁶². Mas nem por isso, como sustenta Nóvoa, a realidade da “Educação Nova é menos interessante no nosso país: ela traduz-se de forma muito difusa no seio do sistema educativo, o que lhe permite provavelmente uma maior simbiose com o quotidiano escolar.”⁴⁶³

De qualquer modo, o movimento pedagógico dos anos de 1920 em Portugal nada tem a ver com a experiência da década seguinte. Naqueles anos, intelectuais notáveis como Álvaro Viana de Lemos, Adolfo Lima, António Sérgio, Faria de Vasconcelos, Adelaide Cabete, Irene Lisboa, Áurea Judith do Amaral, entre outros, vão liderar um movimento de renovação bastante expressivo. Adolfo Lima, por exemplo, foi responsável por experiências pedagógicas de vanguarda na Escola-Oficina n.1 e na Escola Normal de Benfica, além de criar⁴⁶⁴ ou colaborar em diversas outras publicações importantes. Faria de Vasconcelos foi uma figura de projeção internacional, conhecido pelos seus trabalhos na Bélgica, Suíça e América Latina⁴⁶⁵. Quase todos os intelectuais nomeados, estiveram envolvidos em publicações pedagógicas, tanto jornais como revistas em período anterior ao

⁴⁶¹ MATOS, Sérgio Campos. Para a História da Escola Privada em Portugal – Da Regeneração ao Estado Novo. In: PITASSILGO, Joaquim et al. (org.) História da Escola em Portugal e no Brasil. Edições Colibri. Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Março de 2006, p. 269.

⁴⁶² NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

⁴⁶³ NÓVOA, António. Uma Educação que se diz “nova”. In: CANDEIAS, A. e NÓVOA, A. Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941). Educa, Lisboa, 1995.

⁴⁶⁴ Trata-se da publicação quinzenal, revista Educação Social. PINHEIRO, Moreirinhas J.E. Elementos para o Estudo da Escola Normal Primária de Lisboa. Escola Superior de Educação de Lisboa, 1995.

⁴⁶⁵ CANDEIAS, A.; NÓVOA, A.; FIGUEIRA, M. Sobre a Educação Nova. Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941). Educa, Lisboa, 1995.

Estado Novo e, portanto, à Escola Portuguesa. Depois disso, suas intervenções desaparecem ou tornam-se muito mais discretas com a chegada do regime salazarista. Irene Lisboa e Áurea Judite do Amaral, no entanto, parecem constituírem-se exceções, pois continuam a publicar tornando-se inspetoras. Ambas bastante assíduas no Boletim.

Nessa época, discutir educação, significava estar em sintonia com o que acontecia no mundo lá fora e disposto a rever conceitos, se necessário. Em um artigo publicado na revista *Escola Nova*, Álvaro Viana de Lemos diz que o professor português não tinha culpa por não poder instruir-se melhor. Pois suas posses não lhe permitiam viagens de estudos e nem sequer comprar livros ou assinar revistas e menos ainda, uma escola “digna desse nome” aonde pudesse com prazer realizar experiências de estudos e fazer, enfim, de sua profissão uma ocupação entusiasmada e progressiva. Dizia Álvaro, que era indispensável ao professor português, os meios para que pudesse trabalhar e instruir-se e que lhe fosse garantida uma vida desafogada para que assim pudesse ocupar-se exclusivamente da sua profissão. Propõe como solução, internacionalizar o ensino e a educação. Nas suas palavras, “sem quebra de soberania dos Estados e dentro dos estreitos moldes de alguns, seria possível criar uma base social e científica intensificando e estreitando as relações mútuas entre os professores de todo o mundo”⁴⁶⁶.

Na medida em que os meios de comunicação começaram a se tornar uma séria ameaça a estabilidade política e a questionar a ordem estabelecida, como via de regra acontece nos regimes totalitários, a repressão se fez sentir e a liberdade de expressão ficou seriamente comprometida. E não era para menos. As vozes discordantes soavam de Trás-os-Montes ao Algarve e as publicações mais combativas, transmitiam-nas sem meias palavras. O jornal “O Ensino Primário”, semanário pedagógico de propriedade da Casa dos Professores Primários, costumava escrever matérias em tom de denúncia, geralmente se utilizando de títulos bastante chamativos. Na matéria de capa “Justiça! Queremos justiça! Sente-se o caráter “beligerante” desse jornal:

⁴⁶⁶ Revista *Escola Nova*, Coimbra, setembro de 1924, n. 2 e 3. Colaboravam também para a revista, Adolfo Lima, Almeida Costa, Emilia de Sousa Costa, entre outros.

Eis o clamor que em uníssonos se ergue dos professores primários, de uma a outra ponta do país (...) Quem há que se lembre de que nos vemos impedidos de dar a escola aquela parcela de dedicação e de sacrifício de que ela tanto carece e que a Nação, insistentemente, dela reclama, se a situação econômica em que vivemos – e o que é desalentador – sem esperança de ver melhorada, promete matar-nos, e aos nossos, pela fome e pela vergonha, com todo o interminável cortejo das suas horrorosas conseqüências? (...) justo é que, bem alto, das colunas desse jornal, tentamos assim despertar os homens do governo da República, chamando para a nossa angustiosa situação o seu olhar, não de piedade, mas de justiça⁴⁶⁷.

Este semanário opunha-se ao “Diário de Notícias”. Frequentemente polemizava ou até mesmo ridicularizava matérias nas quais o jornal parecia estar a serviço de interesses contrários às reivindicações da classe do magistério ou do ensino de um modo geral. Apesar de ter uma seção oficial e, portanto, alguma relação com o Governo, não poupava ninguém quando o assunto não se enquadrava às suas convicções. Segundo o jornal, sua orientação era não aprovar modificações nos assuntos de instrução que não obedecessem a critérios de conjunto com elevados fins e a ideais pedagógicos perfeitamente estudados e definidos. Falando sobre o decreto n. 18.380, chamado *desdobramentos*, o jornal diz que:

Em primeiro lugar, temos que por em relevo a falta de orientação pedagógica que ressalta do facto de se querer responsabilizar o mesmo professor por uma actividade escolar diária com a extensão de 10 horas. Pois, se muito pouco se pode fazer, atendendo às deficiências de material, de recursos próprios, de ambiente em 5 horas de trabalho, como ha-de poder-se conseguir algo de proveitoso, pedagogicamente, em 10 horas de labor? Não será iludir o ensino?⁴⁶⁸

No final dos anos 1920 e em toda a década de 1930 houve uma mudança significativa de perspectivas. Num primeiro momento o Estado Novo posiciona-se contrário à Nova Educação e, principalmente, contrário aos seus expoentes que são marginalizados, presos, ou exilados⁴⁶⁹. Entretanto, a visita de Adolphe Ferrière a Portugal irá promover uma inflexão na atitude das autoridades, o que resultará na “reinterpretação da Educação Nova.”⁴⁷⁰. Depois de muito criticado pela imprensa fiel ao regime, numa manobra de última hora, os pedagogos renovadores são afastados e Ferrière é recebido por Cruz Felipe e seu grupo,

⁴⁶⁷ O Ensino Primário, Lisboa, 28 de junho de 1930.

⁴⁶⁸ Jornal O Ensino Primário, Lisboa, junho de 1930.

⁴⁶⁹ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005

⁴⁷⁰ Idem

professores nacionalistas e defensores do salazarismo⁴⁷¹. Contudo a imprensa, não tão fiel ao regime, dá outro destaque ao evento.

Quando ocorreu a primeira conferência de Ferrière em solo português, “Liberdade e Autoridade”, O Ensino Primário publicou uma matéria de capa sobre o assunto. Entre elogios ao alto valor pedagógico e científico do seu trabalho e da conferência em si, aproveitou o ensejo para trazer a tona alguns “empecilhos” que não permitiam o perfeito desenvolvimento da Escola Ativa no país, conforme sugeriam os ensinamentos do mestre suíço. Diz o artigo que se o Professor Ferrière entrasse nas escolas – “espeluncas onde o professor e o aluno se gastam e se tuberculizam, fugiria apavorado e julgar-se-hia preso de terrível pesadelo”⁴⁷². A questão que se colocou é que havia, sim, vontades. O professor português conhecia por *intuição* os problemas instantes da pedagogia e sabia a importância de levar transformações às escolas. Faltava-lhes, no entanto, o apoio moral e material das esferas governamentais. Ao assistirem a Conferência encheram-se de pesar “porque abriram aos nossos olhos horizontes tão luminosos e tão tentadores que mais sentimos hoje o peso da nossa miséria”⁴⁷³.

A reinterpretação da filosofia defendida por Ferrière inaugurou uma escola nova distanciada da matriz laica e progressista que a caracterizou nos anos 20. Em Portugal dessa época, portanto, vai-se oficializar uma “educação nova” ligada a correntes pedagógicas religiosas e conservadoras.⁴⁷⁴

Isso só foi possível porque, na apropriação levada a efeito pelos nacionalistas, não somente a doutrina sofre um esvaziamento dos seus princípios fundamentais, como também é introduzida uma outra perspectiva social e política na aplicação da Escola Nova. “Quando o universo educacional português passa a ser dominado pela lógica salazarista tem-se uma perspectiva alternativa, que é a permanência dos princípios da Escola Nova em níveis menos evidentes”⁴⁷⁵.

Menos evidentes e re-significados. Esses conceitos foram Re-lidos à luz dos princípios – e da censura - ditados pelo Estado Novo e pela fé. Haveria a

⁴⁷¹ MOGARRO, Maria João. Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos. In: Pintassilgo, Joaquim et al. (org.) História da Escola em Portugal e no Brasil. Edições Colibri. Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Março de 2006.

⁴⁷² Jornal O Ensino Primário, Lisboa, 16 de novembro de 1930.

⁴⁷³ Idem

⁴⁷⁴ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

⁴⁷⁵ MOGARRO, Maria João. Bibliotecas particulares e saberes pedagógicos. In: Pintassilgo, Joaquim et al. (org.) História da Escola em Portugal e no Brasil. Edições Colibri. Centro de Investigação em Educação Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, Março de 2006.

necessidade, portanto, de adaptar seus pressupostos ou criar uma doutrina que, entre as exposições escolares e os museus pedagógicos, se propusesse orientar a educação nacional e tomar para si a responsabilidade de criar “uma doutrina pedagógica perfeita e coerente que estabeleça em todo o ensino uma vasta e profunda harmonia de idéias filosóficas que devem servir de base a essa educação e que determine o espírito que deve orientar esta educação.”⁴⁷⁶

Adaptar significava também estar de acordo com o nacionalismo e, principalmente, com o catolicismo português. A Revista fazia freqüentes referências a teóricos da Escola Nova, embora algumas vezes reunisse intelectuais de orientações diversas ou até divergentes entre si. Numa dessas ocasiões compareceram Claparède, Dewey, Willian James, Jaques Maritain e Bergerson no mesmo artigo sobre psicologia educativa, com uma justificativa ligeira, apenas sobre a antipatia confessa⁴⁷⁷ de Maritain por William James.

É importante observar que mesmo sectária, a revista em certos aspectos cumpre a sua função de orientar os professores na sua tarefa magna *a bem da Nação*. O dever da escola para com a Pátria tornou-se quase um refrão, especialmente da escola primária que atravessava um momento de renovação, impulsionada pelo patriotismo e pela dedicação da “nobre causa da educação e instrução da infância”. Em todos os setores da vida nacional, trabalhava-se, segundo se dizia, com fé e carinho para a “divulgação dos princípios salutareis e regeneradores do Estado Novo.”⁴⁷⁸

A organização do país nos moldes nacionalistas e cristãos, propiciava “o despertar das energias da raça, a reintegração da Pátria na linha dourada das suas gloriosas tradições.”⁴⁷⁹ Nessa escala de acontecimentos, a missão do professor é inalienável. Modelador de almas, a ele cabe suscitar “energias latentes ou adormecidas, capaz de abrir ou de ampliar no espírito dos alunos horizontes mais vastos e aliantes”⁴⁸⁰. É ao professor, afinal, que a Nação entrega para que aperfeiçoe o que ela tem de mais caro: O seu próprio futuro.

Um dos objetivos da Ditadura do Estado Novo era o de desenvolver nos portugueses os valores morais, antes mesmo e acima do progresso material,

⁴⁷⁶ Revista Escola Portuguesa, 1935.

⁴⁷⁷ Esta afirmativa, segundo o artigo, consta da obra de Jacques Maritain: *Réflexions sur l'intelligence et sur sa vive propre*.p. 318. Revista Escola Portuguesa, N. 176, fevereiro de 1938.

⁴⁷⁸ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n.32

⁴⁷⁹ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n.23

⁴⁸⁰ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n.25.

porque esses assegurariam e tornariam ainda mais valorizadas as conquistas materiais que por ventura viessem. Havia, sobretudo, uma preocupação explícita de varrer do espírito português “resquícios de estrangeirismo que o deformou”. Era preciso reatar o presente “ao passado de nossa epopéia em que dilatamos a Fé e o Império”⁴⁸¹.

O Catolicismo é outro grande pilar do projeto salazarista. A tarefa da família também é frequentemente reforçada, pois constituirá a tríade: Deus, pátria, família, jargão nacionalista tão caro à ditadura do Estado Novo. Nas instruções para a execução dos serviços docentes, Braga Paixão, Diretor Geral da Instrução Pública, apresenta um modelo de exercício a ser aplicado pelos professores aos seus alunos, de forma didática e compreensível. O propósito desse trabalho é comparar com exemplos simples do dia-a-dia, as relações que se desenvolvem no seio da família e, por extensão, da pátria. Um desses exemplos foi o seguinte:

Um chefe de família gasta só consigo o que tem, vende ou desfaz-se, por exemplo, para gastar em seu proveito, de terrenos ou outros bens que possui. Procederá bem?

- E se procede mal, qual a razão?

- Como se chama a pessoa que só trata de si ou põe os seus interesses sempre em primeiro lugar?

- Devemos ser assim?

- Então haverá interesse que devamos colocar acima dos nossos?

O professor nessa altura poderá conduzir os alunos à compreensão da ideia de Pátria como uma grande família, unida desde muitos séculos por interesse e sentimentos comuns.⁴⁸²

No mesmo ano do artigo acima, a Revista publica o recém-aprovado programa de disciplinas nas escolas do magistério primário e suas ementas⁴⁸³, amplamente detalhadas, comuns aos cursos do magistério elementar e magistério infantil. São elas: Psicologia, pedologia, dividida em pedologia somática e psicopedologia, higiene geral e escolar, pedagogia geral e experimental, didática, educação moral e cívica, dividida entre educação moral, moral teórica, moral aplicada, os grandes sistemas da moral, educação cívica, legislação do ensino primário, música e canto coral, trabalhos manuais educativos que se subdividem em trabalhos de papel, trabalhos de madeira, trabalhos de metal, trabalhos de gesso. Modelação e desenho, psicologia infantil, jogos educativos subdivididos

⁴⁸¹ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1934, n. 7.

⁴⁸² Revista Escola Portuguesa, agosto de 1935, n. 43.

⁴⁸³ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n. 32.

em jogos organizados e jogos livres, pedagogia do ensino infantil, puericultura, disciplinas de educação feminina. Interessante observar nas ementas dessas disciplinas que há uma perfeita simbiose entre pressupostos da Escola Nova e os interesses do Estado Novo para a escola portuguesa, fortemente marcada por uma visão teleológica da educação.

Dentro da pedagogia geral e experimental, da qual fazia parte também a didática, estudava-se, por exemplo, o movimento pedagógico contemporâneo. Esse item se dividia em seis subitens, a saber: 1) Conceito de pedagogia experimental, 2) Características da educação contemporânea, que entre outros assuntos discutia o problema dos meios e dos fins; 3) Novos tipos de experimentação educativa, que decompunha a Escola Nova em escola activa, escola serena, escola do trabalho, plano Danton, sistema de Winetka⁴⁸⁴ e as possibilidades de adaptação de princípios e de métodos às condições da escola portuguesa. 4) Sistemas de educação contemporânea, que estudava os métodos de Montessori, Decroly, Dewey e as suas possibilidades de adaptação. 5) Problemas de assistência social, que no caso incluía a educação dos anormais psíquicos e fisiológicos, os surdos-mudos e os cegos; 6) Organização da escola portuguesa, cuja tônica principal era a escola primária ao serviço da nação e o renascimento do ideal do Império Colonial Português.

É, entretanto, na disciplina de Educação Moral e Cívica que melhor se observa a sincronia entre os modelos morais e religiosos que se pretendiam inculcar e o modelo considerado vital e espiritual do império⁴⁸⁵. Os alunos do magistério aprendiam que ideais religiosos eram os ideais do cristianismo primitivo, da cristandade medieval e do catolicismo. Já a Nação como realidade pressupunha, além da ação como lei suprema da política nacional, o aprendizado do Nacionalismo português, do movimento de 28 de maio e a Revolução Nacional, o Estado Novo, assim como os direitos e os deveres em relação à pátria. Heterodoxo, mas eficiente. A doutrina nacionalista, para alguns, casava

⁴⁸⁴ Anos mais tarde, na mesma Revista, Áurea Amaral, então Inspetora do Ensino Primário, vai criticar ambos pelo excesso de individualismo, embora reconheça as suas vantagens. Revista Escola Portuguesa, agosto de 1938, n. 204. Jornal O Ensino Primário, Lisboa, 16 de novembro de 1930.

⁴⁸⁵ De certa maneira a lógica é a mesma (ainda que de conteúdo político oposto) defendida por Pintassilgo, quando afirma que os cultos pátrios, levados a cabo na disciplina de Moral e Cívica, servem em alguma medida de base ao fortalecimento da identidade nacional. PINTASSILGO, Joaquim. República e Formação de cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa. Edições Colibri, Lisboa, outubro de 1998.

perfeitamente com o pensamento filosófico de Rousseau e seu “Emílio”, assim como se integrava aos educadores do século XIX, nomeadamente Pestalozzi, Froebel e Herbart, merecendo este último algumas críticas à sua pedagogia.

De certa maneira isto pode ser explicado. Naqueles anos o nacionalismo não tinha a conotação pejorativa que adquiriu após a segunda guerra. Pelo contrário, estava na moda e afagava a Europa após a primeira guerra. A matéria intitulada “a educação segundo os princípios do nacional-socialismo”⁴⁸⁶ nos dias de hoje deixaria a sociedade estarecida. E não seria somente pelo tom excessivamente nacionalista, mas pela discriminação explícita aos não arianos e a todos os alunos com qualquer espécie de problemas físicos, mentais e até mesmo “morais”, segundo os seus critérios. Na mesma página, sob o título “A escola, a família e a nação” é a vez dos franceses proclamarem que “para formar homens, devemos, em primeiro lugar, formar franceses (...)”⁴⁸⁷.

A pertinência e a importância de se desenvolver o sentimento nacionalista, tinha também o seu lugar e função na literatura. Em entrevista concedida ao Bandarra, Menotti del Picchia justifica que:

Toda a literatura deve ser nacionalista. Dostoiewsky, o mais universal dos escritores, é russo da cabeça aos pés. O internacionalismo literário é tam utópico como o “internacional socialismo”. Os escritores tem uma índole racial, um panorama familiar e um drama local. Não lhes resta mais do que escreve-los. Paul Monrad, descrevendo o que vê no mundo, continua a ser absolutamente francês. Michael Gold é judeu americano até à medula...Os escritores devem servir suas pátrias. (...)Todo o escritor deve ser nacionalista e trabalhar para que a própria pátria – o pedaço de chão e o agregado a que pertence – compareça dignamente na prestação de contas que cada grupo humano deve ao espírito da civilização de uma determinada época histórica⁴⁸⁸.

Na opinião do Sr. Ministro da Instrução Pública, Dr. Eusébio Tamagnini, Antero de Quental não parece ter sido um bom representante desse ideal. No discurso inaugural das emissões radiofônicas, disse ele que em seu livro *Causa da decadência dos povos peninsulares*, Antero de Quental afirmou que a Inquisição foi um dos piores males que à nacionalidade portuguesa podiam ter sucedido. Para ele, a inquisição subordinou completamente o desenvolvimento intelectual e foi uma das principais causas da estagnação mental do século XVII português.

⁴⁸⁶ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n. 33.

⁴⁸⁷ Idem

⁴⁸⁸ Revista Escola Portuguesa, agosto de 1935, n. 45.

Segundo o Sr. Ministro, o autor esqueceu-se que esta prática existiu igualmente em Espanha no século XVII e que nesse país é o século de ouro para a literatura.

Parente próximo do nacionalismo, o ufanismo foi uma estratégia bastante empregada na Escola Portuguesa. Na seção intitulada “Semana das Colônias”⁴⁸⁹, a matéria traduz fielmente o sentimento que se deseja impregnar no professor e em seus alunos. Orgulho de um Portugal vencedor, com passado glorioso e futuro promissor que dependia, para continuar glorioso, de toda a vontade, doação e sacrifício dos seus filhos.

Dentro desse pensamento, todas as disciplinas primárias deveriam servir ao professor para desenvolver no espírito das crianças o sentimento de grandeza nacional, a noção de suas responsabilidades de portugueses e da posição de Portugal no mundo. Não se pode esquecer que a base da educação teria de ser a história de Portugal⁴⁹⁰. Não era para menos. A possível indiferença do estrangeiro por Portugal, é atestada por Gonzague Reynold, escritor suíço, que após um mês de observação *in loco*, registrou suas impressões sobre o país, dizendo que até 1926, ao aparecimento de Salazar⁴⁹¹, “Portugal não interessava muito à Europa, pois gozava de má reputação muito sólida. Tinha-se até inventado o verbo portugalizar, e creio que este neologismo é de origem Belga”⁴⁹². Portugalizar significava, na gíria da época, “pô-lo de rastos à força de parlamentarismos, de lutas eleitorais, de golpes de Estado e de revoluções”. Dizia-se também, que havia duas anarquias européias: a otomana e a portuguesa e as suas conseqüências.

Por afirmativas dessa natureza, a necessidade de levantar o moral do povo português se fazia ainda mais premente. A intenção era fomentar a idéia de que Portugal não era um país pequeno, que não o é “territorialmente, nem quanto a população, nem quanto a sua importância no mundo e que não o será nunca se todos os portugueses com vontade firme o quiserem”⁴⁹³. Vontade vigorosa temperada com orgulho de serem portugueses baseados no conhecimento do passado e na compreensão das responsabilidades do presente, conhecedores da

⁴⁸⁹ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n.30.

⁴⁹⁰ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n. 32.

⁴⁹¹ Os estudiosos dizem que uma das razões para essa afirmação, nos escritos de Reynold está no fato de que a Revolução Nacional de 1926 erigira uma forma de governo fundamentalmente diversa, nas suas bases e nos seus métodos, do Fascismo italiano e do Nacional-Socialismo alemão: uma forma de governo que teria o Estado Cristão como modelo e Ideal. Disponível em <http://www.revista.brasil-europa.eu>, acesso em 08/02/2008.

⁴⁹² Revista Escola Portuguesa, outubro de 1937, n. 157.

⁴⁹³ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n. 30.

formação do império, em que circunstâncias se desenvolveu e das condições em que se fizeram os descobrimentos marítimos.

Cultivar esse ufanismo também era um modo eficiente do governo desviar a atenção das dificuldades de ordem econômica, política, cultural e social vividas naqueles anos. Fazia parte do desenvolvimento do que o Dr. Manuel Múrias, professor da escola do magistério primário de Lisboa chamou de “conceitos imperiais”, discursos que produziam um sentimento de grandeza enquanto povo e enquanto nação na escola portuguesa. Estivesse o país como estivesse era preciso ficar clara a importância da unidade econômica do império: “Na metrópole não se cultiva o café, importa-se. Porque não o ir buscar a Cabo Verde, a S. Tomé, a Angola, a Moçambique, a Timor, onde se colhe e do melhor?”⁴⁹⁴. O mesmo se dá com outros produtos como o chá, o açúcar e o cacau. Por outro lado, as províncias do ultramar devem ser “excelentes mercados para os nossos vinhos, as nossas conservas, os nossos produtos manufaturados da metrópole”⁴⁹⁵. Era fundamental também que o professor não hesitasse em conciliar tais idéias com a defesa do país e da integridade do patrimônio português: “Portugal não quer senão o que português é”⁴⁹⁶ e, se algum aventureiro quisesse lançar mão do que é de Portugal, tentando de todo modo levar a efeito suas más intenções, todos os portugueses se levantariam para defenderem os interesses do império da agressão, como quem defende a vida da “mãe ou dos filhos”.

Na semana da Pátria, em maio de 1935, o discurso dirigido aos professores, a quem a Nação entrega seus filhos para que lhos eduquem, salientava que era importante que não se esquecessem que “todo o ensino tem de ser ministrado num objetivo de educação nacional”⁴⁹⁷. Não obstante, era preciso lembrar-se também que a nação portuguesa se criou sob a proteção da Igreja. Portanto, dada a índole católica dessa civilização, cumpria difundir a fé por todo o mundo, na sua “missão histórica expansionista e imperialista”, procurando por todos os meios não se desviar jamais do catolicismo para não trair a memória dos seus antepassados e das “próprias finalidades civilizadoras da raça”⁴⁹⁸. Não era fácil esquecer. A Revista cuidava de manter ativa a memória dos professores, não

⁴⁹⁴ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n. 30

⁴⁹⁵ Idem

⁴⁹⁶ Idem.

⁴⁹⁷ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935, n. 32.

⁴⁹⁸ Idem.

economizando o uso dessa retórica. Ao professor da escola primária, cabia a missão sublime de desempenhar um completo “ressurgimento nacional, preparando conscientemente as gerações vindouras e com a actuação e perfeita integração dos seus membros no ideal da pátria”⁴⁹⁹. A ação da escola, dizia-se, não podia se limitar a desbravar cérebros, iluminar inteligências, lapidar caráter. É na escola, nas palavras de Cunha Leão, inspetor orientador, que se prepararia o espírito do *Ressurgimento*, semeando nas almas infantis o interesse por Portugal ultramarino e criando-lhes uma “forte e orgulhosa consciência coletiva para que reajam à mesquinhez dos conceitos derrotistas e projectem galhardamente no futuro as estradas dum Portugal grande e próspera Nação”⁵⁰⁰.

A importância de reavivar o espírito colonial e o amor pátrio, está bem sintetizada no Inquérito de Psicotropia, conduzido pela Inspetora Orientadora, Áurea Judite do Amaral. O questionário foi elaborado para os rapazes e os assuntos escolhidos dividiam-se em: a) profissão que desejam seguir; b) viagens que desejam empreender; c) jogos preferidos; d) disciplinas de que mais ou de que menos gostavam; e) interesse pelas provas de exame. Os intuitos principais, segundo a inspetora eram por um lado, as questões didáticas, observadas nas respostas das perguntas *d* e *e*. Por outro, perceber o espírito de aventura que podiam revelar-se na pergunta *b*, e como conclusão principal, ver o interesse que os domínios coloniais despertavam nas crianças da escola primária. Esse inquérito foi levado a efeito entre os anos de 1930 a 1934 e recaiu sobre 1100 crianças da 4ª classe primária (entre 10 e 13 anos). O resultado é bastante sugestivo. Desses escolares entrevistados, 98% desejavam “correr mundo”. Muitos não sabiam exatamente o que significava “correr mundo”, e as grandes viagens limitava-se a ir de Gaia ao Porto, Matosinhos ao Porto, Guimarães a Laundos, Lisboa a Trafaria ou Torre das Pedras e por aí vai. Entretanto, quando foi preciso designar as regiões do mundo preferidas, salta aos olhos o “grande relevo que as terras do novo mundo tem na imaginação dos nossos escolares de instrução primária”. Dos 503 rapazes do último ano da escola primária que disseram desejar sair do país, 58% queriam ir para a América e apenas 12% escolheram os domínios ultramarinos.

⁴⁹⁹ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n. 23.

⁵⁰⁰ Revista Escola Portuguesa, agosto de 1935, n. 47.

Dentro do continente americano, em 293 respostas, 224 das preferências incidiram sobre “Rio de Janeiro” ou somente “América do Sul”, das 69 restantes, 68 foram para os “Estados Unidos” e 1 para o “México”. A Inspetora surpreendeu-se porque nas respostas dadas pelos entrevistados, o Brasil apareceu como uma espécie de segunda pátria. “Gostava primeiro [de ir a] Portugal e depois ao Brasil. Ao Brasil e a Celorico de Basto. Ao Brasil ver minha tia. Ao Brasil ver o meu pai. Ao Brasil que é muito lindo”. Até mesmo quando lhes foi perguntado sobre a profissão futura “o que gostaria de ser?”, houve quem respondesse: Brasileiro. Apesar de reconhecer que na época ainda era acentuado o feixe migratório para esse país, assim como também para a América do Norte e França, nas suas palavras, “se é certo que aquele grande território que o mesmo Atlântico banha, foi desbravado por gente de Portugal (...) não é menos verdade que as condições actuais são de molde a tirar ilações pouco convidativas”. Das principais conclusões tiradas desse inquérito, a falta de conhecimento dos alunos sobre as colônias atuais, indicava que os professores deveriam orientar com mais persuasão e eficiência, a atenção dos espíritos para seus domínios coloniais.⁵⁰¹

Muito se falou sobre a importância de uma educação adequada para restaurar a Portugal as antigas glórias e seu orgulho. Entretanto, nas páginas da Revista não fica claro se havia algum projeto nesse sentido, nem evidências que sugeriram como se operaria essa restauração. Uma das poucas referências diretas ao assunto, vem do próprio Salazar, nas pungentes frases que costumavam adornar a Escola Portuguesa:

A posse do Estado, que é condição necessária para salvar a Nação da ruína total e da desordem, não é factor suficiente de renovação material ou moral nem por si pode garantir a estabilidade, o futuro da obra realizada. Esta há de afirmar-se na reforma da educação⁵⁰².

A que Reforma Salazar se referia? Talvez na maneira de empreender a ação educativa. Podemos deduzir isto a partir da declaração de Albuquerque Sobral sobre a frase “Uma mentalidade nova fará Portugal ressurgir”. Nela, o estadista proclamou o primado do espírito, porque de acordo com seu ponto de vista “o programa é uma revisão de idéias, a renovação de mentalidades e de

⁵⁰¹ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1934, n. 8.

⁵⁰² Revista Escola Portuguesa, setembro de 1934, n. 4.

costumes, visto que a grande crise é de origem intelectual e moral; e esta reforma faz-se em ordem à restauração dos valores morais – à vida do espírito.”⁵⁰³

Fosse como fosse, o mestre-de-obras dessa empreitada seria o professor. A ele cabia capitanear a salvação da pátria, o resgate do orgulho português, a manipulação dos espíritos em formação que só a escola pode promover. Tão importante quanto essa missão, era desenvolver cada vez mais o espírito católico. A questão religiosa é preponderante nesse momento, assim como também a disciplina de história. Quando juntas, a primeira passa a determinar os rumos da segunda.

A tomada de Alcácer do Sal, por exemplo, era justificada como tendo sido uma obra de intervenção divina. Uma armada de cruzados a caminho da Terra Santa, passa pelo porto de Lisboa e seus ocupantes são convencidos pelo Bispo da cidade, D. Soeiro, de que, se uma tempestade os atrasou é porque Deus parecia indicar que queria que passassem o inverno em Portugal e contribuíssem para o desagravo da fé. Resolvidos a ficar, decidem-se também pela tomada de Alcácer, abrindo caminho para a conquista definitiva do restante do Alentejo e Algarve⁵⁰⁴.

5.2

A cultura pedagógica impressa na Escola Portuguesa

No segundo ano do Boletim, o editorial enfatiza a importância de definir conceitos sobre a escola ativa. Garcia Domingues, Inspetor-orientador, diz que a escola portuguesa é, antes de tudo, uma escola espiritualista. Mesmo reconhecendo o mérito de quem ele nomeou representantes máximos da escola ativa, Dewey, Claparède, Decroly, Kerschensteiner, Stern, Montessori e Ferrière, sustenta que “a doutrina pedagógica da escola não é nem exclusivamente *intelectualista* (escola tradicional), nem exclusivamente *activa*. Procura, antes, coordenar o pensamento e a ação”⁵⁰⁵. Assim, do ponto de vista do pensamento é afirmativa, mas não cética. Do ponto de vista da ação, ativa e não verbalista.

Garcia Domingues, explica que para compreender essa dualidade importa considerar a identidade mais profunda, que supõe a identidade do espírito consigo

⁵⁰³ Revista Escola Portuguesa, abril de 1936, n. 79.

⁵⁰⁴ Revista Escola Portuguesa, janeiro de 1938, n. 170.

⁵⁰⁵ Revista Escola Portuguesa, dezembro de 1935, n. 61.

mesmo. Nesse caso, a identidade do espírito português, com sua concepção cristã da vida, que constitui seu fundamento essencial. Quanto ao ponto de vista filosófico, no início desse mesmo ano, defendia a idéia de que a concepção de uma teologia pedagógica é tão legítima quanto outra qualquer.⁵⁰⁶

Para ser considerada legítima era preciso institucionalizá-la. Em 1910 os Republicanos baniram o ensino religioso das escolas e, para remediar esse mal, a Deputada Sra. D. Maria Guardiola - a mesma que em 1940 é a Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina - propôs uma alteração no texto da Constituição, aprovada pela Assembléia Nacional, que garantia a reintrodução do ensino da religião católica nas escolas publicas portuguesas. Dizia o texto:

O ensino ministrado pelo Estado, visa além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais, orientadas estas pelos princípios da doutrina moral cristã tradicional do País⁵⁰⁷.

Outro assunto explorado com criatividade pelo Boletim, era o ensino em outros países. As matérias com esse enfoque eram, normalmente, publicadas na seção *Factos e Comentários*. Os temas abordados recaiam sobre as “imensas dificuldades” que os sistemas educacionais enfrentavam mundo afora. De um modo geral eram notas, escritas aparentemente ao acaso, sem grandes comentários, de forma a produzir no leitor uma sensação de imparcialidade da parte do articulista. Imparcialidade esta que não sobreviveria a uma análise mais atenta. A disposição das matérias em relação à página e o seu conteúdo mesmo, sugerem que o que se pretendeu dizer foi algo nesse sentido: “Olha como estamos bem! Portugal superou seus problemas de educação, o Estado Novo nos colocou adiante e acima das outras nações e em paz com Deus”. No número 23, por exemplo, essa página fala sobre a Espanha e suas “um milhão de crianças sem escola e sem ensino”. Polônia, cujo Governo formulou um projeto no sentido de reduzir a duração do ensino primário e suprimir a gratuidade. Checo-Eslováquia, que contava com cerca de 3.000 professores sem colocação e sem perspectivas de futuro. O governo Holandês, que ao reduzir os subsídios para pagamento de

⁵⁰⁶ Revista Escola Portuguesa, fevereiro de 1935, n. 20.

⁵⁰⁷ Revista Escola Portuguesa, abril de 1935, n. 27.

professores causou o fechamento de escolas e gerou uma superlotação em outras, como as situadas em Amsterdã e Roterdã⁵⁰⁸.

No entanto, na mesma seção, aparece uma matéria intitulada “Causa da Inquietação Social” que é uma antítese dos discursos que a Revista tem procurado internalizar. Um importante professor de ciências econômicas da Alemanha publicou no *The Year book of education* um artigo afirmando que “na atualidade os sistemas de ensino correspondem às necessidades intelectuais de três ou quatro continentes. Continentes estes que não existem”⁵⁰⁹. Por isso, diz ele, há razões para duvidar que moderna educação, com seus custos elevadíssimos, resulte na eficiência que se poderia adquirir na aprendizagem de um ofício, menos demorado e oneroso. “O mundo está povoado de *intelligentzia* que não encontra fácil ocupação para os seus portadores. Resulta daqui o azedume e a rebelião contra a ordem social estabelecida”⁵¹⁰. Seria o excesso de instrução responsável por este atentado? Nóvoa diz que no ciclo do pragmatismo conservador, a lógica determinante é de ajustamento e de contenção. Uma espécie de “nivelamento por baixo” no sistema educativo, que abrangeu “na sua essência o regime nacionalista”, criando um modelo de escola que não vislumbrava grandes “mobilidades sociais”. O autor lembra o resumo lapidar das intenções nacionalistas, feito por Carneiro Pacheco: “*Um lugar para cada um, cada um em seu lugar*”⁵¹¹

Quando a imprensa referiu-se a dificuldades quanto a admissão à frequência das universidades, o Gabinete do Ministro da Instrução, emitiu uma nota na qual declarava que era preciso bloquear o afluxo excessivo à universidade, dilatado no pós guerra. A justificativa era de que não seria possível nem para o Estado, nem para as atividades econômicas particulares, absorverem tantos diplomados. Era evidente, segundo o comunicado, que esse excesso não apenas era um mal, mas “constitui até um perigo social, pelo inquieto estado de espírito que naturalmente tende a produzir-se na legião de proletários intelectuais que a operosidade das escolas superiores vai fazendo crescer de forma alarmante”⁵¹².

⁵⁰⁸ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n. 23.

⁵⁰⁹ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n. 23.

⁵¹⁰ Idem

⁵¹¹ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

⁵¹² Revista Escola Portuguesa, abril de 1935, n. 27.

Alguns anos mais tarde, a Escola Portuguesa publica um artigo de Azevedo Amaral, no qual o autor diz que o trabalho educativo tem que ser realizado sob a influência dinâmica de organizações estatais do tipo autoritário. A formação das elites é fator de suprema relevância, frequentemente negligenciada pelas democracias liberais e sua crença pueril na difusão igualitária da cultura. Na atualidade, segundo o articulista, o problema educacional é abordado partindo do “postulado de que o factor essencial da grandeza das nações é a existência de uma aristocracia espiritual e cultural, capaz de dirigir as massas, para que elas possam realizar tudo que nelas se contém potencialmente”⁵¹³.

Essa matéria coincidiu com o aparecimento de um artigo, que explicava a decadência da indústria livreira e a falta de hábito de leitura em Portugal. Não se sabe como passou pelos censores semelhante assunto, mas fato é que o professor Domingos Evangelista, faz uma crítica velada – mas incisiva – ao ensino do país, favorecida em parte pela letargia dos professores, pela falta de livros, de bibliotecas populares e, particularmente, pela falta de curiosidade mental, porque a escola não cumpriu seu papel de despertá-la.

Em Saber ler... inútil, sustenta que “os programas do ensino primário, foram feitos, todos sabemos, para dotar o espírito do indivíduo com um mínimo de noções úteis. Mas não é propriamente esse mínimo que interessa ao indivíduo”⁵¹⁴. Para ele o grande problema estava na falta de convicção de que a Escola Nacional preencheria esta finalidade, tanto pelas características próprias da época de transição em que viviam como pela tradicional rotina pedagógica sob a qual a escola “restringe-se a finalidade quase inútil de ensinar a ler, escrever e contar, fora da vida, fora do pensamento, fora das utilidades imediatas”⁵¹⁵

Em outro momento, porém, enquanto esmiúça o método de Decroly para sugerir a melhor forma de ensinar história e geografia, o professor Lopes Raposo argumenta que a função do livro na nova educação – nomeadamente na educação salazar-nacionalista - é por ele encarada de modo diverso: “O livro é cadáver das idéias, conquanto não o possamos dispensar em absoluto, deveremos esforçar-nos para utilizar na escola primária, em primeiro lugar, a vida real como zona

⁵¹³ Revista Escola Portuguesa, dezembro de 1938, n. 222. Extraído do Correio Português – Brasil.

⁵¹⁴ Revista Escola Portuguesa, dezembro de 1938, n. 222.

⁵¹⁵ Idem.

apropriada e origem do ensino activo”⁵¹⁶. O Estado Novo logo daria uma solução para essa controvérsia instituindo o livro único. Dessa maneira, “assegurava a qualidade formal dos manuais, bem como o controlo dos conteúdos e, sobretudo, de suas doutrina.”⁵¹⁷

Factos e Comentários se manteve ao longo do tempo com o mesmo perfil. Ora trazendo matérias informativas de bom padrão. Ora expondo as chagas da vizinhança e, por fim, dando notícias dos últimos acontecimentos na Europa até o ponto em que há um nítido fechamento em torno da nação, como que para proteger – ou ocultar – as suas próprias mazelas e o que se passava no mundo lá fora. Mas atenção! Ao mesmo tempo em que expõe os problemas educacionais de outros países, como se a nação já houvesse superado os seus, publica com indisfarçada simpatia as medidas tomadas em Itália e Alemanha, no plano educativo⁵¹⁸.

Quando surgem as primeiras evidências de que a Europa estava prestes a se envolver em conflitos sérios, a página noticiou o sismo de forma peculiar: O tratado de Versalhes começava a ser questionado pelo Governo de Berlim que, ao mesmo tempo e na mesma nota, decreta o serviço militar obrigatório. Enquanto isso o Parlamento parisiense, entre perplexo e hesitante, discute um projeto de lei para aumentar de 1 para 2 anos o serviço militar. Já na vida portuguesa, merecem relevo as discussões da Assembléia Nacional, sobre o analfabetismo e a homenagem prestada por duas dezenas de parlamentares franceses, que visitaram o país.⁵¹⁹

No mesmo março o *Reich* decide pelo rearmamento da Alemanha, o que faz com que os governos de Londres, Paris e Roma reúnam-se para discutir o problema. Segundo Sir John Simon, Ministro dos Estrangeiros, a situação é de extrema gravidade, mas não se pode esperar resultados rápidos. O governo belga cai, segundo dizem, foi por questões de ordem financeira, mas...na vida portuguesa, o destaque vai para as atuações da Assembléia Nacional que em momento tão apropriado – e talvez por falta de assunto mais urgente - aprovou a realização de uma experiência de ensino primário rural, na mesma ocasião em que discutiu as circunstâncias em que certo governo espanhol “facilitou armamentos e

⁵¹⁶ Revista Escola Portuguesa, janeiro de 1935, n. 15.

⁵¹⁷ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

⁵¹⁸ Revista Escola Portuguesa, junho de 1935, n. 42.

⁵¹⁹ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n. 24.

outros auxílios a emigrantes portugueses contra o Estado Novo”⁵²⁰. A Revolução continua e o Sr. General Carmona foi proclamado presidente *eleito* da República Portuguesa.

Quando os esforços da Sociedade das Nações se mostraram ineficazes e o recurso à guerra parecia ser uma realidade inevitável, o mundo católico - com a presença do secretário de Estado Romano, legado do Pontífice - prostrou-se em Lourdes elevando suas orações à bondade divina, pela paz. Em Lourdes e em Vila Viçosa. Portugal também uniu seus rogos aos do mundo, segundo as informações da Escola Portuguesa. A ordem estava sendo desvirtuada e a interferência do céu se tornava indispensável. Tão indispensável quanto a realização da 1ª Semana Militar, destinada a chamar a atenção pública para “problemas relativos à defesa nacional da integridade do patrimônio português”⁵²¹ e para homenagear o exército, primeiro iniciador e fiel sustentáculo da Revolução de maio⁵²².

Alguns meses mais tarde, o editorial da Revista traz um relato do professor do Liceu Normal de Lisboa, António Almodóvar, sobre uma visita que fez a Alemanha para observar como estava organizada a juventude alemã. Comparando com a história de Esparta, diz ele que em todos os tempos e em todas as latitudes a Educação da juventude tem sido o meio que “assegura a continuidade das revoluções e o campo de batalha de todas as correntes políticas ou ideológicas que procuram fazer vingar as suas doutrinas e concepções de mundo”⁵²³. Essa visita era o primeiro indicio de que a *Hitler-Jugend* teria em breve uma equivalente sua em terras lusitanas. Afinal, como afirmava o Ministro da Instrução da Alemanha em discurso pronunciado no ano de 1934, “É impossível manter a escola democrática num Estado que se tornou autoritário”⁵²⁴.

Curiosamente nesse mesmo número, uma matéria intitulada “A nova escola” tem como foco principal a reforma fascista de 1923. Esta reforma, segundo consta, provinha de um postulado moral enunciado por Mussolini que proclamava “como centro solar de todo sistema político o valor da mocidade”⁵²⁵. Por essa mesma época, a *Alliance Démocratique* fez críticas às organizações da

⁵²⁰ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n. 25.

⁵²¹ Revista Escola Portuguesa, maio de 1935.

⁵²² Idem.

⁵²³ Revista Escola Portuguesa, outubro de 1935, n.55.

⁵²⁴ Revista Escola Portuguesa, julho de 1935, n. 41.

⁵²⁵ Revista Escola Portuguesa, outubro de 1935, n. 55.

mocidade efetuadas em alguns países: “os socialistas riem-se dos fascistas por causa das tropas infantis, como os balilas”⁵²⁶ Em defesa dos fascistas, a Escola Portuguesa argumentou que o Chefe socialista *Jean-Jaurés* dizia que desde os 13 anos todas as crianças provenientes da escola pública ou particular serão obrigadas a tomar parte em exercícios comuns de ginástica, marcha e tiro⁵²⁷.

O momento era delicado e cobrava seus tributos. Das muitas calamidades que os jornais noticiam, diz a Revista, “apresentamos dois exemplos altamente significativos a respeito da crise que mesmo os países que passam por ricos, vão sofrendo⁵²⁸”. Nas Índias Orientais Holandesas os funcionários sofreram um corte nos seus vencimentos, da ordem de 50% e na Argentina os professores não recebem seus vencimentos há 28 meses. E se isto acontece em regiões ricas “que seria em Portugal, se a situação política antiga tivesse atingido nossos dias, com todos aqueles vícios e *santas liberdades* que a caracterizavam?”⁵²⁹

Nem a *rica* Holanda estava a salvo. Segundo o Boletim a maior parte das suas crianças estudava em escolas particulares e confessionais. De acordo com a notícia, somente uma ínfima porcentagem dos alunos tem instrução nas escolas “livres”, não confessionais. A primeira impressão que tais notícias suscita, logo de imediato, é que as negras cores que sombreiam o mundo, não estão muito distantes de Portugal. Sente-se nitidamente que se está preparando o terreno para um arrocho (inclusive de investimentos) nas questões de educação, que em breve daria sua primeira mostra com o fechamento da Escola de Professores.

O Brasil, entretanto, distante dos problemas europeus, tinha melhores notícias a serem transmitida aos leitores da Escola Portuguesa. No outro lado do Atlântico vivia-se um momento político e, principalmente, pedagógico, diferente de Portugal. A euforia da era Vargas determinou, entre outras coisas, uma série de medidas no sentido de resolver o problema educacional do país. Lá como cá o atraso era considerado pelos especialistas da área um empecilho à mudança de mentalidade do povo e ao progresso da Nação.

Em março de 1936 a Revista publica um comunicado da Associação Brasileira de Educação sobre um vasto Inquérito promovido pelo Ministro Capanema. Esse inquérito era um questionário com mais de 429 perguntas,

⁵²⁶ Revista Escola Portuguesa, outubro de 1935, n. 52.

⁵²⁷ Idem.

⁵²⁸ Revista Escola Portuguesa, julho de 1935, n. 42.

⁵²⁹ Revista Escola Portuguesa, julho de 1935, n. 42.

rigorosamente sistematizadas com a colaboração de alguns dos mais cotados educadores brasileiros. Dirige-se aos brasileiros – professores, estudantes, jornalistas, escritores, cientistas, sacerdotes, militares, políticos, profissionais de várias categorias, “a todos quantos estejam convencidos de que a educação é o primeiro problema, essencial e básico da Nação, e por isso a queiram orientada no mais seguro sentido e dotada da melhor organização”⁵³⁰.

Pouco tempo depois, a Escola Portuguesa trouxe uma matéria sobre o desenvolvimento do ensino no Brasil, publicado na Revista Brasileira de Pedagogia, com dados estatísticos da Associação Brasileira de Educação sobre o número de escolas e de alunos dispostos pelo território do país⁵³¹. Na mesma Revista fala-se sobre as províncias de além-mar no folclore português. Segundo o autor, o folclore português “é paupérrimo em assuntos poéticos que se relacionem com os territórios nacionais do ultramar⁵³²”. Já não se pode dizer o mesmo do lirismo popular, dirigido a sentimentos inspirados pela terra distante e misteriosamente tentadora do Brasil. Isso porque as levas imigratórias continuam. Quer por economia, por imitação, por cupidez, porque Maria vai com as outras, o eflúvio mais ou menos lento continuou e continua. “Rapazes, que partem, famílias inteiras que abandonam o lar, deixam cá lágrimas e saudades nos que ficam e transformam em inspiração lírica⁵³³”. Quando ao Brasil vai buscar a riqueza desejada para casar-se, o folclore registra-o:

Ó rosa desse canteiro
Deixa-te estar até ver
Que eu vou ao Brasil, e volto,
Rosinha, p’ra te colher.

⁵³⁰ Revista Escola Portuguesa, março de 1936, n. 76.

⁵³¹ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1936, n. 110.

⁵³² Idem.

⁵³³ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1936, n. 110.

5.3

As lições da Escola sobre a guerra ao lado

O ano de 1936 chega e, no seu decurso, a guerra civil espanhola. Essa guerra, travada entre os republicanos espanhóis e os nacionalistas de Franco, teve um impacto muito profundo na vida portuguesa. Salazar vai apoiar Franco, mas, para o caso do generalíssimo não sair vitorioso, vai também estreitar relações com o nacional-socialismo da Alemanha e com o fascismo da Itália. Evidentemente, nada disso era declarado à Nação.

Em “aspectos educativos da grande tragédia” o Boletim pondera que é preciso tirar lições para que as fagulhas do vizinho não atinjam o nosso quintal. A instrução dirigida aos professores diz que os interesses da pátria exigem que se esclareça com a maior exatidão possível as cenas degradantes, aterradoras e canibalescas da guerra espanhola, no intuito de não deixar perder o significado de semelhante loucura. O professor com habilidade e prudência “conseguirá velar as mais irritantes asperezas, sem, todavia, deixar de colocar em destaque os graves atentados contra a moral, contra a família, contra Deus e contra a pátria”⁵³⁴.

E assim sucedeu-se. O regime estava em pleno processo de estruturação quando foi surpreendido pelo conflito ao lado. Portanto, a colocação de crucifixos nas escolas que já vinha acontecendo há algum tempo, se intensificou e se transformou quase numa festa cívica, noticiada em praticamente todos os números da Revista. Isso se deve a dois fatores: Primeiro porque, como sustenta Nóvoa a “política nacionalista procura depurar a sala de aula de sinais e objectos que a identifiquem com os alunos, com os professores ou com a vida social”⁵³⁵. Segundo – e até certo ponto contraditório - porque essa referência remetia a idéia da formação intelectual e do carácter, consoante às virtudes morais, pois “haveria de orientar-se pelos métodos de ternura que são próprios da família, cuja missão a escola completa”. Em discurso proferido na sessão solene de inauguração das escolas n. 116 e 117, em Lisboa, na sede da junta de Freguesia da Graça, o Ministro da Educação Nacional, Dr. Carneiro Pacheco, diz que a presença do

⁵³⁴ Revista Escola Portuguesa, agosto de 1936, n.98.

⁵³⁵ NÓVOA, António. Evidentemente. Histórias da Educação. Lisboa, Asa Editores S.A., 2005.

crucifixo nas escolas, a exemplo dos povos fortes, significava “não apenas um símbolo, duma verdade eterna, mas também duma pedagogia.”⁵³⁶

Conforme os meses vão se passando a guerra da Espanha evolui para um conflito de proporções inesperadas. Hordas de comunistas, inclusive dissidentes portugueses, infiltram-se nas suas fileiras e isso vai se refletir nas matérias publicadas pela Revista. As discussões pedagógicas cedem lugar à propaganda anti-comunista e à exaltação da defesa do princípio da ordem⁵³⁷. O comunismo – verdadeiro horror de Salazar - torna-se o destaque. Por outro lado, em várias localidades, como no caso de Faro, região algarvia bastante próxima à Andaluzia, à medida que a guerra de Espanha avança, a Direção do Distrito Escolar instrui que se realizem exercícios destinados a avaliar os resultados da educação cívica que vem sendo praticada em Portugal. A luta do país vizinho serve como exemplo dos males advindos da falta de nacionalismo e particularmente do comunismo que, sorrateiro, penetra os campos de guerra espanhóis. Um dos exercícios executados pelas crianças foi esse:

Perguntas do professor:

- 1) Os meninos sabem o que é a guerra?
- 2) Já ouviram dizer que a Espanha estava em guerra?
- 3) Conhecem alguém que veio de lá?
- 4) Já ouviram o que os jornais dizem sobre a desgraça daquele país?
- 5) Acha bem que se matem pessoas, se destruam cidades, monumentos e igrejas?
- 6) Já ouviu falar em comunista?
- 7) Os meninos que amam a sua pátria e a sua família devem gostar de comunistas?
- 8) O que se deve fazer quando ouvir pessoas que tem esse pensar?
- 9) Diga como procederá quando for homem?
- 10) Diga o que sente agora a esse respeito.

Respostas:

- 1) A guerra é uma das maiores desgraças do mundo
- 2) Já ouvi dizer que a Espanha estava em guerra
- 3) Eu conheço um homem que viu lá as maiores misérias
- 5) Matar as pessoas, destruir cidades e igrejas são cousas muito ruim
- 6) Eu já ouvi falar de comunistas: são homens que não querem trabalhar
- 7) Quem ama a sua pátria e a sua família não gosta de comunistas
- 8) Devemos dizer que se não pode passar sem trabalhar e irmos embora
- 9) Eu queria ser já um homem para defender a pátria
- 10) Eu não quero ser comunista, porque gosto da paz e desejo que os comunistas fiquem vencidos. Viva Portugal!⁵³⁸

⁵³⁶ Revista Escola Portuguesa, junho de 1936, n. 89.

⁵³⁷ Revista Escola Portuguesa, outubro de 1936, n. 106.

⁵³⁸ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1936, n. 109.

No ano de 1937 vão-se tornar ainda mais freqüentes na Escola Portuguesa as matérias sobre a pedagogia cristã, o anti-comunismo, o papel social da mulher, o sentimento nacionalista, notícias sobre a colocação de crucifixos nas escolas, que agora constituem-se em cerimônias festivas de relevo, merecendo página inteira da Revista. Assim como merecem também os calorosos elogios dirigidos ao “Sr. Dr. Oliveira Salazar”, pelo seu exemplo de fé e amor pátrio, o estadista que “recebendo um Portugal à beira do abismo, sem crédito, arruinado e doente, o soube erguer com um esforço hercúleo, convertendo-o em grande e nobre nação perante um mundo estupefato”⁵³⁹.

Enquanto isso, a Espanha esta atolada numa guerra sangrenta. A Alemanha e a Itália dão ao mundo demonstrações do que está por vir. Entretanto é o comunismo soviético, o mau vento que sopra de *Moscovo* que encerra todas as desgraças conhecidas. Ele e seu ateísmo. O mundo português se resguarda em si mesmo com os olhos voltados para o céu. A Revista, talvez no intuito de minimizar ou escamotear os acontecimentos lá de fora, adota um silêncio que, de certa maneira, não deixa de ser esclarecedor. Mais crucifixos são colocados nas escolas. As festas para este fim se proliferam. O papel intelectual e político do professor é matéria obrigatória nas suas páginas, porque como já havia sido declarado, “na invenção do professor absolutamente neutral em matéria política não há, pois, nem inteligência, nem sinceridade”⁵⁴⁰. A moral cristã é tida como fator de regeneração social. As lições de pedagogia, com exceção da cristã, já não são mais discutidas com o mesmo interesse e vão aos poucos rareando, enquanto a vida prossegue calma e serena em terras lusitanas.

Oliveira Salazar foi uma personalidade relativamente esquiva. Poucas são as suas aparições públicas e pouquíssimas foram suas intervenções diretas na Escola Portuguesa. Entretanto, o desenrolar de graves acontecimentos na Península fez-lo escrever um longo discurso em resposta a uma mensagem recebida dos portugueses residentes no Brasil, que por intermédio da Federação de suas Associações, solidarizaram-se com o Governo de Portugal, após a “invasão moscovita em terras de Espanha”. Em resposta ao pedido para que fossem contados “nessa aliança, que nós, os portugueses do Brasil também saberemos

⁵³⁹ Revista Escola Portuguesa, março de 1937, n. 124.

⁵⁴⁰ Revista Escola Portuguesa, junho de 1936, n. 90.

formar, se for preciso, na Legião Portuguesa e marchar na conquista dos séculos em que Portugal há de viver, integro, eterno e glorioso”, Salazar diz que:

Todos o temos sentido nesse tristíssimo caso da Espanha, que a nós, mais que a ninguém, afecta pela solidariedade de interesses na Península, pela estreita colaboração dos dois povos na história do mundo, pela ameaça directa, não digo já à nossa estabilidade política, mas à independência de Portugal, parte integrante, no plano comunista, das repúblicas soviéticas ibéricas. Só esses motivos e não outros quaisquer – nem simpatias pessoais ou políticas, nem irredutibilidades ideológicas – nem mesmo a aliás monstruosa série de crimes erigidos em processo político – explicam o nosso interesse, as nossas reservas e aqui e ali aberta discordância do que se tem passado. (...) Sabe-se o que somos e onde estamos, e, enquanto o céu se turba de ameaças, não só pela boca e pela pena de brilhantes espíritos brasileiros, se manifesta comovente solidariedade com Portugal, mas a colônia portuguesa sente o dever de afirmar-nos solenemente a sua presença e a sua confiança. Ela não espera certamente que um homem cômico das suas responsabilidades e com algum conhecimento das circunstâncias lhe envie resposta diferente da que se contem nessas palavras: - Hoje, mais que nunca, Portugal conta com todos os seus filhos!⁵⁴¹

O ano de 1936 é um ano chave para Portugal, quer para a educação nacional, quer pela aliança estratégica firmada com Franco⁵⁴². Nesse ano também é criada por decreto a Organização Nacional Mocidade Portuguesa. O objetivo dessa organização de cunho nazi-fascista era desenvolver compulsoriamente na juventude, dos 7 aos 25 anos, independente de frequentarem ou não a escola, todas as suas capacidades físicas e abrangia também a formação do carácter. Pela devoção à Pátria, amor à ordem, gosto pela disciplina e de culto aos deveres morais, cívicos e militares. Era, também, o adestramento dos corpos para as “fadigas do trabalho, adaptando-os à natureza de todos os sacrifícios que o serviço da Pátria lhes exigir e afeiçoando as almas para a imolação fecunda ao engrandecimento Nacional”. Na prática, somente os jovens que frequentavam a escola foram compelidos, mas todas as escolas deveriam se considerar suas “delegações permanentes”, todos os professores, detentores de ação direta sobre os “lusitos”, seus alunos.

A Mocidade Portuguesa Feminina foi criada no ano seguinte⁵⁴³. Os objetivos que a nortearam eram ligeiramente diferentes do seu equivalente masculino. Além da formação moral e cívica, era necessário estimular o gosto

⁵⁴¹ Revista Escola Portuguesa, abril de 1937, n. 131.

⁵⁴² MOGARRO, Maria João. A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa - Universidade da Extremadura, 2001.

⁵⁴³ Ambas as organizações foram extintas por decreto em 25 de abril de 1974.

pela vida doméstica, o trabalho coletivo e toda uma gama de valores próprios ao bom desempenho da mulher no seio da família. O Ministro da Educação Nacional, criador das duas agremiações, sustentava que a mocidade feminina precisa de tanta assistência quanto a masculina, não para lhe ocupar o cérebro com aspirações inadequadas ao seu sexo, mas para lhe formar a inteligência e afeiçoar a vontade dentro do plano natural em que o cristianismo a mantinha e de onde o comunismo tentava lhe tirar. A mulher “desde que foi coroada rainha do lar pelas leis do evangelho”⁵⁴⁴ ocupava um lugar de honra diante do mundo. E um dos grandes exemplos dos dias atuais foi “a mulher do povo, inteligente, carinhosa, enérgica, perfeito exemplo de virtudes que foi a mãe de Salazar”⁵⁴⁵.

Quando Braga Paixão define o papel da Escola ao Serviço da Nação, um dos itens importantes por ele apontado era a educação da mulher. Dizia que na educação feminina nunca se poderia perder de vista o papel que a própria natureza lhe destinou: “a melhor virtude da mulher, mesmo instruída, é assegurar largamente o futuro da raça e, como diziam os helenos, ela deve ficar no lar como o coração no peito”⁵⁴⁶.

A mulher é a mãe, segundo a carne. A professora é mãe, segundo o espírito. A família é a célula fundamental da sociedade. A tarefa da professora é, pois:

Função altíssima, porque corresponde à parte mais nobre da tarefa maternal: formar espíritos. E dentro dessa correspondência, quanto mais a mãe souber ser mestra e quanto mais a mestra quiser ser mãe mais úteis serão ambas à sociedade e a pátria, que assim, refluirá numa geração nova, mais unida e mais forte⁵⁴⁷.

As mães portuguesas devem ter, segundo esse pensamento, fé, caridade, energia, espírito de sacrifício, amor à terra, sentido consciente da continuidade histórica de Portugal, assim como também hão de ajudar a renascer um Portugal forte, fiel à sua missão de salvar da invasão de idealismos devastadores as inestimáveis riquezas espirituais da civilização latina e cristã. Nem todas as opiniões, contudo, concordavam com este postulado. Numa época talvez mais progressista, ou ao menos anterior à censura mais feroz, Emilia de Sousa Costa da revista *Escola Nova* faz uma crítica àquela que se tornou o exemplo da “mulher-virtude” da década seguinte:

⁵⁴⁴ Revista Escola Portuguesa, abril de 1935, n.26.

⁵⁴⁵ Idem.

⁵⁴⁶ Revista Escola Portuguesa, outubro de 1934, n. 1.

⁵⁴⁷ Revista Escola Portuguesa, março de 1935, n. 25.

A timidez não é garantia de nada – a não ser a incapacidade da mulher para saber fazer-se respeitar e pugnar pelos seus direitos e interesses – é um dos mais perigosos escolhos em que ela tropeça quando a força das circunstâncias a encaminha para as lutas ásperas da vida prática do exterior. A mulher tímida não vence na vida porque não sabe vencer-se a si própria. É uma indecisa que não inspira confiança, que não atrai interesse, que não se impõe, enfim.(...) A timidez é o mais formal desmentido da força, o mais acérrimo inimigo da iniciativa; e a vitória só acarinha os fortes, os que querem lutar e querem vencer. Mas se o sexo feminino foi sempre considerado *fraco* por natureza, como podemos exigir que a mulher se dispa da timidez, que dela é efeito nativo, e surja a afirmar-se resoluta e enérgica? Pela educação⁵⁴⁸.

No final de 1939, quando a guerra civil espanhola já havia acabado, quando o povo ainda chorava seus mortos e quando a Alemanha principia uma nova guerra, a mulher portuguesa era conclamada a não descuidar do seu papel, porque “as nações, serão o que forem as famílias, mas estas hão-de ser sempre o que a mulher, na sua tríplice e augusta missão de filha, esposa e mãe, quiser que elas sejam.”⁵⁴⁹

Em conferencia no Liceu D. Filipa de Lencastre, em 8 de novembro de 1937, O Sr. Ministro define que a educação “moral, será a educação cristã tradicional do país, nos termos da Constituição”. A educação “cívica, inspirar-se-á no imperativo do bem comum e nas grandes tradições nacionais para que cada rapariga fixe a consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa para a Nação”⁵⁵⁰ e a educação física “associada à higiene, visará o fortalecimento racional, a correcção e a defesa do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiança no esforço próprio, a lealdade e a alegria sã”⁵⁵¹. Era fundamental que a mulher desempenhasse da melhor forma o seu papel na família e na vida do Estado, assentada, no dizer do Ministro, na trilogia incindível: Deus, Pátria, Família.

Na festa comemorativa de 28 de maio, Cunha Leão, Inspector Adjunto do Diretor Geral para os Serviços de Orientação Pedagógica, faz uma conexão inequívoca entre os três elementos: Deus, Pátria, Família. Nas suas palavras a data não seria digna, não fosse seu significado escolar. “a escola tem-se tornado progressivamente nacionalista e cristã: ela afirma a pátria, no passado, no presente

⁵⁴⁸ Revista Escola Nova, Coimbra, outubro de 1924.

⁵⁴⁹ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1939, n. 266.

⁵⁵⁰ Revista Escola Portuguesa, dezembro de 1937, n. 163.

⁵⁵¹ Idem

e no futuro”⁵⁵². No presente, porque cultivava o amor às coisas portuguesas, ensinando a conhecê-las, a senti-las e a valorizá-las. No futuro, pelo culto das virtudes que nos fizeram grandes: amor à independência, respeito à autoridade, compreensão dos deveres sociais da disciplina, crença no esforço dos homens e na justiça de Deus⁵⁵³. A escola, desde aí, deixou de andar ao sabor dos interesses da política partidária e individual, para servir à nação. E foi com essa justificativa que o pluripartidarismo foi banido da política portuguesa. Em discursos pronunciados em 1930, Salazar definiu as opções para o país, algumas das quais foram posteriormente consagradas na Constituição:

Recusa do liberalismo e do pluripartidarismo, a afirmação de um Estado forte, do nacionalismo corporativo, do intervencionismo económico e do imperialismo colonial. No mesmo período, manobrou habilmente os homens, as forças e as situações políticas, evidenciando essa que foi a sua arte suprema de organizar e reorganizar os precários equilíbrios que, nas décadas seguintes, viabilizaram o regime. A arte de “saber durar”⁵⁵⁴.

Sobre as “opções” definidas para o país, convém determo-nos um instante em dois pontos. A racionalização da ditadura como instrumento da liberdade e a veneração pela pessoa de Salazar. Certa feita o Primeiro Ministro concedeu uma entrevista a um jornal literário francês, no qual declarou que a Ditadura tinha como missão restabelecer a liberdade do Estado e, através dela – e não de outra forma – a liberdade dos indivíduos. Ocorre que se o Estado não é superior a tudo não pode haver liberdade. “Que é a liberdade? É o direito garantido. O Estado define o direito; pois, se não é livre para o fazer respeitar, não há liberdade”⁵⁵⁵. Estava assim explicada a “necessidade” de se instaurar uma ditadura.

Ora, uma ditadura pressupõe a obediência incondicional a um grupo ou a um indivíduo. No caso de Portugal, a devoção ao indivíduo foi tão extremada e, por vezes, tão sincera, que o transformou num ícone, inclusive para além das suas fronteiras. (Coisa que ele mesmo jamais fez. Salazar nunca saiu do país. Nunca visitou nenhuma das colônias). Para se ter uma idéia, quando houve o atentado à bomba contra sua vida o culto à sua personalidade tornou-se, nas páginas da

⁵⁵² Revista Escola Portuguesa, maio de 1936, n. 85.

⁵⁵³ Idem.

⁵⁵⁴ MOGARRO, Maria João. A Formação de Professores no Portugal Contemporâneo – A Escola do Magistério Primário de Portalegre. Tese de doutoramento. Universidade de Lisboa/Universidade da Extremadura, 2001.

⁵⁵⁵ Revista Escola Portuguesa, setembro de 1935, n. 44.

revista, matéria de educação cívica. Depois do frustrado o ataque, o professor entendeu que era preciso fortalecer ainda mais sua imagem perante os alunos. A maneira encontrada foi estimular um clima de regozijo pelo seu malogro e de meditação sobre o resultado desastroso para a pátria se o intento tivesse sido bem sucedido, conduzindo os pequeninos a formularem por si próprios, palavras de apreço e solidariedade ao estadista. “Depois de ventilado o assunto, dirigi-me ao quadro e escrevi em boa letra para que os da 1ª classe pudessem ler sem grande esforço: Será Salazar um grande homem?”⁵⁵⁶. As respostas, como essa de um garoto da 2ª classe “se o Sr. Oliveira Salazar morresse a nossa pátria ia para os ispanhóis”⁵⁵⁷, ocuparam um sábado de aula e página e meia da revista.

Pouco mais tarde, em 7 de setembro de 1937, a Escola Portuguesa publica em letras grandes um comunicado dizendo que :

Apesar dos incansáveis esforços de eminentes chefes de Governo e da intervenção directa dos Chefes de muitas nações, eis que a paz não pode ser mantida e a Europa mergulha de novo em dolorosa catástrofe. (...) Felizmente os deveres de nossa aliança com a Inglaterra, que não queremos eximir nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade⁵⁵⁸.

Nesse episódio o Primeiro Ministro se revelou um diplomata hábil. Declarando Portugal um país neutral, eximia-se de fazer aliança tanto com a Alemanha quanto com a Inglaterra, ainda que Portugal tenha sido o mais antigo e tradicional aliado deste país. Não enfrentando uma guerra, preservou os recursos financeiros do país e garantiu legitimidade para se manter no poder. Terminado o conflito o regime salazarista vai receber o apoio dos EUA e de outros países ocidentais, tanto por ser de orientação contrária ao comunismo soviético, grande vilão do momento, como por ter-se integrado aos fundadores da OTAN. Do ponto de vista estratégico, sua maior arma foi ceder os Açores para servir de base para os vãos entre os EUA e a Europa.

No início do ano letivo de 1937⁵⁵⁹ o formato da Revista sofreu pequenas mudanças. Algumas seções deixaram de existir por algum tempo, como foi o caso de Factos e Comentários, outras nascem com regularidade relativa, como

⁵⁵⁶ Revista Escola Portuguesa, julho de 1937, n. 143.

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ Revista Escola Portuguesa, setembro de 1939, n. 254.

⁵⁵⁹ Revista Escola Portuguesa, outubro de 1937, n. 154.

Didáctica, Lições da Língua Materna e Vida Escolar. Completando as modificações, no início do ano letivo o retângulo com a frase “uma mentalidade nova fará Portugal ressurgir”, slogan muito comentado ao longo dos anos, foi substituído por uma figura retangular, desta vez centrada por uma criança com um livro aberto, olhos aos céus, e, no alto a frase *ut videan* – Que eu veja. Também a designação de “Boletim do Ensino Primário Oficial”, abaixo do título da Revista, passa a ser “Boletim da Acção Educativa Publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário”.

No editorial desse primeiro numero, mês de outubro, o articulista diz que a Escola Portuguesa “tam integrada está na escola que, falando desta, implicitamente também nos referimos àquela, e toda atividade traçada a uma há-de refletir-se forçosamente na outra”⁵⁶⁰. Citando Gustavo Le Bon, para justificar, talvez, o pouco conteúdo pedagógico existente na Revista, diz que é preciso primeiro reformar as opiniões e somente depois de completada essa missão uma reforma da educação será possível. A seção Didáctica ocupou uma página inteira dando lições sobre o ensino da doutrina. Em outras palavras, o ensino do catecismo. Entretanto, em número posterior, traz o editorial de três páginas, uma demorada explicação - e uma defesa - sobre o método de ensino global do Dr. Ovídio Decroly, “genial depurador das experiências pedagógicas que já utilizava a função globalizadora no ensino. Sistematizou-a, tornando-a método renovador da didáctica, apoiada em bases científicas.”⁵⁶¹

Com a intensificação do nacionalismo na Escola Portuguesa, como já foi dito, cai vertiginosamente a preocupação com questões de ordem pedagógica no sentido dado pelos fundamentos da Escola Nova. O professor José Maria Gaspar no editorial intitulado “Os limites na instrução” diz que em tempos pretéritos os enciclopedistas reclamavam a liberdade no ensino e pouco a pouco a França - e logo em seguida a Europa - *beijaram-lhe as mãos*. Nas palavras do professor “o vandálico liberalismo de oitocentos, filho bastardo de Descartes e neto legítimo de Lutero, instituiu “humanitariamente” uma escola para cada sistema e “equalitariamente” para cada paixão um mestre”⁵⁶².

⁵⁶⁰ Idem.

⁵⁶¹ Revista Escola Portuguesa, fevereiro de 1938, n. 171.

⁵⁶² Revista Escola Portuguesa, agosto de 1937, n. 145.

Assim, a fraternidade dita universal destruiu a unidade política e reinou o individualismo, a anarquia intelectual e, logicamente, a dissolução social preparada, gratuita e obrigatoriamente nas democráticas escolas oficiais. Surgiram as escolas novas com *magazins pictoresques* para fazer de cada menino um sábio, “sob o signo de Dewey, Demoor, Ferrière, figuras berrantes do xadrez neo-pedagógico”⁵⁶³. Diante disso, que sugere o Sr. Professor Gaspar? Que se aprenda! Mas que se prepare a alma para “os usos sem abusos da inteligência. Estabeleçam-se os limites da instrução nas raias da verdadeira moral – a religiosa”⁵⁶⁴.

Afinal, como declarou a sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa em Carta Pastoral, datada de 1. de outubro de 1939, que “A missão de Portugal, perante a crise contemporânea, está oficialmente definida: defesa da civilização cristã”⁵⁶⁵.

Nos últimos anos por nós pesquisados, os artigos sobre educação, nova educação ou qualquer educação que não fosse a nacionalista-cristã são, na sua maior parte, de cunho nacional-moralista, quando não o são de uma total inversão de papéis. No número 315, por exemplo, sob o título “Do Canhenho Dum Inspector”, conta-se a história de um inspetor que em tempos pretéritos, em visita a uma escola de localidade importante, surpreende-se com a inferioridade das instalações e com a falta de quadro negro na sala de aula. Inquirindo a professora pela falta do material soube por ela que a direção da Escola não providenciava material didático já de muito tempo. Em presença do diretor e ao expor-lhe a sua surpresa pela falta observada, ouviu deste que “há já muitos anos que não se distribuí nem uma carteira, nem um mapa! É um abandono que confrange! Uma verdadeira tristeza!”. E que as Câmaras antigas não ligavam a menor importância às escolas. A esta altura e com tom indignado, diz o inspetor que o diretor continuou sua fala, atirando toda a responsabilidade para cima da “herança da Câmara Municipal, na loquacidade vulgar dos práticos que não conhecem dificuldades, por nunca lhes faltar engenho para delas se desembaraçarem”. Reconheceu nas razões invocadas uma verdade. Sem dúvidas. Mas isto, porém, não justificava a falta do quadro na sala de aula, porque, afinal, o professor que amava a sua escola e zelava por ela, não se deixava vencer pelo desprezo dos

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ Idem.

⁵⁶⁵ Revista Escola Portuguesa, outubro de 1939, n. 259.

políticos que traíam o interesse nacional em todos os setores da administração pública. Não senhor! A Câmara não comprava o quadro preto? “organizava-se uma comissão de alunos para o adquirirem por subscrição” em caso do professor não querer colocar-se visível na frente dos seus alunos neste movimento “profundamente simpático em favor da escola”. Nesses termos e depois de muitas críticas à falta de “iniciativa” ou “compromisso” por parte da direção, criou o inspetor uma situação tal, que ao pobre diretor não restou alternativa senão a de adquirir ele próprio o dito quadro preto⁵⁶⁶.

Essa, não foi a única matéria em que semelhante sugestão é proposta aos professores. O que mais surpreende nesse artigo, não chega a ser atitude do inspetor propriamente, porque esta era contextual, mas a mensagem subliminar que essa história transmite. No dizer do Adjunto do Director do Distrito Escolar de Lisboa, Prof. Francisco de Moura, é mister que o educador esteja sempre em vigilância para não perder os ensinamentos preciosos que o Chefe lhes dá através de seus gestos, suas palavras e obras, como na austeridade da sua vida privada e da sua vida pública e quando diz “que é preciso receber com calma os golpes da vida, sacrificar-se pelo bem comum e sentir com isenção, com lealdade, com nobreza, diante da Pátria, o orgulho e a glória de sofrer”⁵⁶⁷. Se o grande homem, o pai da nação vivia modestamente *a bem da pátria...* Estava dado o recado. É a sua cota de dedicação e sacrifício, de toda a sua vontade e doação, professor, que o Estado Novo exige para que o Portugal, de passado glorioso e futuro promissor, retorne.

⁵⁶⁶ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1940, n. 315.

⁵⁶⁷ Revista Escola Portuguesa, novembro de 1940, n. 318.